

O cerrado no contexto do desenvolvimento da monocultura de eucalipto

Ana Ivania Alves Fonseca a, Lucas dos Reis Teixeira b, Vanessa Fonseca c,
a, Universidade Estadual de Montes Claros e Universidade Estadual Paulista, b Instituto
Superior de Educação de Montes Claros +anaivania@gmail.com, c Universidade
Federal de Minas Gerais

Palavras chave: Impactos ambientais, sócio-cultural, monocultura, estratégias

Resumo

Os objetivos que norteia este trabalho consiste em pontuar os principais problemas causados pelo plantio de eucalipto no meio ambiente natural e social, as formas de reocupação e utilização sustentável do cerrado Norte Mineiro, terras públicas que foram arrendadas a empresas reflorestadoras, bem como, o sistema agropastoris e seu modelo de gestão estratégica e sustentável beneficiando diretamente as famílias de geraizeiros na região do Alto Rio Pardo - MG.

Abstract

The objectives that guided this work is to punctuate the main problems caused by planting eucalyptus trees in the natural and social environment, forms of reoccupation and sustainable use of Cerrado Mineiro North, public lands that were leased to companies reforested, and the system agropastoris and its model of strategic management and sustainable benefit directly the families of geraizeiros in the Alto Rio Pardo - MG.

Introdução

A ocupação do cerrado norte mineiro pela expansão da monocultura da espécie exótica eucalipto, deu no início da década de 1970. Subsidiado pelo estado com o objetivo de colocar o Norte de Minas na mesma linha de crescimento de outras regiões do estado.

Outro fator relevante foi à necessidade de atender a demanda por carvão vegetal para o pólo siderúrgico e por madeira, para as indústrias de papel e celulose.

Neste sentido, para a manutenção dessas indústrias e seus altos fornos, foram implantados no estado de Minas Gerais, em especial no Norte de Minas que ficou sendo a região mantenedora da produção de carvão vegetal que alimentaria os fornos das siderúrgicas da região central do estado.

Fonseca (1987, p.15) destaca os seguintes:

Proximidades das grandes siderúrgicas do centro de Minas Gerais; ligação ferroviária e rodoviária com centros consumidores; topografia favorável à implantação de florestas homogêneas; baixo preço das terras e abundância de mão-de-obra a baixo custo.

A partir dos anos 1960, devido ao desmatamento e às plantações extensivas de eucalipto, os frutos dentre ele o pequi e tudo que ele simboliza encontra-se seriamente ameaçado. Nas décadas de 1970 e 1980 a idéia foi reforçada e imposta pelas grandes reflorestadoras que a monocultura seria a única forma de desenvolvimento para as pequenas propriedades e para as áreas dos Gerais, um dos fortes argumentos usados pelas empresas que as árvores tinham crescimento rápido, as plantações normalmente substituíam culturas, pastos ou florestas, tanto primários como secundários. Devido ao seu carácter estritamente comercial, raramente se discutiu sobre

solos degradados, considerando que seu objetivo é um crescimento rápido em períodos curtos, o que requer certo nível de fertilidade e disponibilidade de água. Portanto, normalmente ocupam áreas que estavam sendo utilizadas de diversas formas pelas populações locais. A região norte mineira como um todo, foi invadida por máquinas que rapidamente devastava o cerrado e deixa os solos desnudo para receber o plantio, de fato esse processo contou com pequena parcela das comunidades que receberá o plantio, no entanto as famílias que não foram absorvidas pelas reflorestadoras foram para as cidades. Dado o contexto histórico, social e econômico e da forma de produção monocultural implantada no Norte de Minas, cumpre entender como e por que as pessoas permaneceram nos locais onde as plantações de eucaliptos em grande escala ocuparam o espaço utilizado por elas para produção e reprodução social

Metodologia

A metodologia utilizada para desenvolver a investigação teve como parâmetros a *pesquisa-ação*, concentrando esforços no registro, no entendimento e na perspectiva histórica e atual. A análise das relações da comunidade com o intono permite esboçar um painel do contexto onde se encontra a comunidade. A partir de uma abordagem dialética.

Segundo Demo (1995), não existe “a dialética”, mas sim, dialéticas diferentes e até mesmo contraditórias. O autor considera a dialética histórico-estrutural a mais adequada para o tratamento de fenômenos sociais por articular as dimensões objetivas e subjetivas.

Para obter as informações do estudo foi realizada pesquisa de campo no universo, isto é, foram entrevistadas as famílias de moradores da comunidade, no intuito de coletar informações dos aspectos sócio-econômicos, culturais e ambientais. Bem como, visitas aos sindicatos e empresas de monocultura que atuam na região.

A perspectiva da *pesquisa-ação* originou de questionamentos e problematizações partilhados com a Comunidade. Assim, a ação resultou na necessidade de estudo e o estudo fez-se ação, no ensejo de compreender algumas indagações a partir da vivência com a comunidade. Nesse ponto, o referencial teórico baseou também em BRANDÃO (1982). Na pesquisa ação, a pesquisadora integra-se à comunidade com intuito de contribuir com a problematização e facilitar na delimitação, formulação e compreensão da realidade por eles vivida.

Resultado e Discussão

O avanço da monocultura nas últimas décadas, ocupa região que antes eram tradicionalmente mantidas pelas pequenas propriedades ou eram terras consideradas devolutas que pertenciam ao estado. Segundo Dayrell (1998, pg.185).

A monocultura do eucalipto passou a dominar a paisagem. Os desmatamentos, realizados com corrente, não respeitaram árvores como o pequizeiro, pananzeiro, mangabeira e outras frutíferas ricas em vitaminas e proteínas, fundamentiza alimentação do homem do campo. Não respeitou, as cabeceiras das veredas e brejos que garantam o abastecimento de águas dos córregos.

Este modelo de desenvolvimento que se seguiu privilegiou apenas as grandes empresas reflorestadoras e as políticas públicas beneficiando-as em detrimento dos pequenos produtores. Do ponto de vista social, a crescente ocupação de áreas pela monocultura de eucalipto conduziu a uma reconcentração fundiária, estimulada a venda de terras e o êxodo rural.

Por parte dos pequenos produtores, gerando pouco emprego. Por outro lado, benefícios eram esperados, como a melhoria da infra-estrutura e geração de renda e emprego ao longo do plantio.

A área objeto de estudo para o qual proposto, guarda em suas heranças um jeito próprio de vida bem como sua forma de apropriação dos recursos naturais, seus sistemas de cultivos guardam uma rica diversidade de espécies e variedades, sendo que os cerrados e seus subsistemas (como: chapadas, carrascos, veredas, brejos, tabuleiros, capões, espigões, barrigas de morro, etc), fazem parte da estratégia produtiva. As atividades desenvolvidas pelas comunidades estabelece o menor impacto, sobre os recursos naturais desse bioma, isso se deve a estreita relação que as populações tem com a biodiversidade do cerrado.

A ocupação geraizeira denominação dada aos sertanejos que vivem na comunidade em questão e seus sistemas de produção de natureza, agroxtrativista conseguiram manter-se durante décadas e mesmo séculos o funcionamento das funções ecológicas dos ecossistemas e, principalmente, o delicado equilíbrio hidrológico dos recursos hídricos. Nesta região do semi-árido norte mineiro.

Segundo Bandyopadhyay (1991, pg.21)

As regiões áridas são as zonas ecologicamente sensivas, que não dispõem de excedente de água e nas quais toda a umidade necessária para o crescimento das plantas advem da chuva.

A manutenção da estabilidade hidrológica desses agro-ecossistemas, é fundamental para a produtividade biológica dessas regiões seja mantida.

Meio ambiente – abordagem do local

A ocupação da área pelas grandes florestas de eucalipto, tem colocado em xeque a sustentabilidade dos cerrados e das comunidades, provocando certos desníveis sociais e ambientais.

A expansão rápida e em grande escala da atividade florestal no cerrado norte mineiro, tem gerado sérias preocupações em relação ao seu impacto ecológico sobre os recursos naturais vitais, como: solo, águas e suas implicações para produtividade biológica dos ecossistemas agrícolas.

Os reflorestamentos, de fato assumiram um papel cada vez mais destacado na região, a exploração da atividade passou a ser, inclusive, objeto de sérias controvérsias econômicas, sociais e ambientais. No decorrer das últimas duas décadas.

No âmbito ecológico, o processo de degradação deu início com o desmatamento, que constitui na retirada da vegetação original, e posteriormente foi substituída pelo eucalipto. Entretanto tal processo foi conduzido sem qualquer estratégia, uma vez que as empresas com o uso de correntões, para retirar a vegetação não permitiu a seleção de espécies como (panã, pequi, mangaba etc), espécies essas que produzem frutos e óleos que há décadas eram apropriadas pelo sertanejo como alimento e fonte de renda de modo sustentado.

Outro agravante do passivo ambiental provocado pela atividade florestal foi a contaminação de rios e córregos pelo uso de produtos químicos, além disso muitas nascentes, desapareceram devido a retirada da cobertura vegetal que as protegem. Outro importante fator causador de impacto diretamente no solo se quanto ao preparo do para o plantio, é que este processo deixa completamente desprotegido pela cobertura vegetal exposto ao efeito splash e runoff das águas fluviais favorecendo o processo de ravinamento daí o aparecimento das grandes voçorocas que além da perda da fertilidade este solo que arrastado pelas enxurradas depositam este sedimentos nas áreas

de planícies entupindo calhas de rios e nascentes dificultando o processo de escoamento das águas e deteminando na falta de água para os moradores da comunidade. A monocultura do eucalipto no Norte de Minas veio alterar, sensivelmente a região, tanto no agravante ambiental, como sócio-econômico e cultural. A região sempre foi considerada pelas elites com baixo potencial econômico em relações as outras regiões do Estado.

O modelo desenvolvimentista proposto, tornou-se um fator determinante na exclusão das populações locais aqui estabilizados, mantiveram durante décadas seu modelo de sustentação de agricultura, desenvolvido de modo tradicional onde toda a família envolvia com a produção respeitando os limites de sustentabilidade da natureza.

(Gorgen 2005 pág.18) descreve modelo como:

Produziam para sua subsistência e o que sobrava levavam para vender nas fazendas e nas cidades.

Sempre sobrava bastante, e mesmo sem apoio nenhum, abasteciam a população. Os famosos carros de bois levavam os produtos da roça até as cidades e às sedes das fazendas. Faziam uma agricultura muito variada com muitos tipos de produtos e animais. Era uma agricultura que usava tecnologia muito simples, basicamente com trabalho braçal, a tração animal, a rotação de culturas, o descanso da terra por algum tempo para a recuperação da fertilidade e a coivara (queima da capoeira ou do mato para fazer o plantio).

No entanto a atividade florestal até mesmo o estado quando a implantação do programa florestal na região, em especial na comunidade de vereda

funda, tem ignorado sistematicamente o saber local, os aspectos sociais e culturais das comunidades, bem como as formas tradicionais de produções e de convivências com a diversidade do local.

O equilíbrio da população local está relacionado com o seu modo de vida em todos os sentidos, ali constituiu-se varias gerações, vivendo em modo privado sem desequilíbrio social ou cultural.

A monocultura do eucalipto ao contrário veio alterar drasticamente todos esses aspectos não respeitou os limites de território nem mesmo as características culturais e ambientais da comunidade, poucos conseguiram ingressar e trabalhar empresas reflorestadoras, o que de fato não aconteceu com as famílias locais que foram isoladas e encurraladas pela monocultura do eucalipto.

O modelo excludente da atividade florestal culminou na saída de muitas famílias do campo, enquanto aqueles que permaneceram assistiram a drástica mudança da paisagem local.

(Brito 2006 pág. 246)

O processo de mordenização alcançou definitivamente a comunidade no ano de 1982, quando o estado expropriou a comunidade entregou as terras comuns às empresas, sob a forma de comodato, por um período de 25 anos.

Com a entrada das empresas para plantar eucaliptos, foi ignorado o direito dos ocupantes ancestrais, o seu regime específico de propriedade e ocupação do território.

Reconversão e o “fim do complexo florestal”

A luta para reconquistar as terras consideradas pelo estado como sendo devolutas, teve inicio em setembro de 2004 quando lideranças locais

juntamente com entidades como STR- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas e o CAANM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas em reunião na sede do ITER - Instituto de Terras em Belo Horizonte para discutir o andamento da causa, de onde o ITER solicitou as entidades uma proposta de gestão das terras após a sua devolução a comunidade.

Alguns meses depois os trabalhadores ocuparam a área e exigiram a sua devolução imediata o que não ocorreu pois em acordo com a empresa ficou decidido que esta devolveria apenas uma parte e o restante seria devolvido logo após a exploração pela empresa da madeira ainda existente.

Ainda no corrente ano os moradores com a assessoria de organizações dos trabalhadores e o STR – de Rio Pardo de Minas e CAANM apresentou o plano gestão da área: *Reconversão Agroextrativista da Monocultura para Sistema Agrossilvipastoris.*

O projeto inclui utilização da terra, modelo de desenvolvimento agrícola, práticas produtivas, ações na área social, a busca da produção agrícola diversificada, segurança alimentar, geração de emprego e renda levando em conta os potenciais do ecossistema.

No caso das comunidade do Alto Rio Pardo – MG serão contempladas 133 famílias sendo responsabilidade de gestão da área será conduzida pela associação comunitária agroextrativista.

O plano de reconversão que será pontuado a seguir trata com detalhes os princípios e os objetivos pertinentes a reconversão no alto Rio Pardo.

Do uso e manejo das terras

- Usar de acordo com o potencial ecológico; sem priorizar um só tipo de cultura;

- Levar em conta as formas tradicionais de uso e manejo das terras, incorporando práticas de recuperação das áreas;
- A prioridade das áreas de brejo que estiverem livres é para as famílias que não tem ou que tenha áreas menores;
- Todas as áreas de cabeceiras e de nascentes devem ficar preservadas;
- As terras vão ser divididas sendo uma parcela de uso familiar, outra parcela de uso extrativista (gestão comunitária) e outra parcela como reserva legal;
- Nas áreas de uso familiar podem ser utilizadas para lavouras anuais ou permanentes ou formação de pastagens;
- As áreas de uso coletivo vão ser destinadas para acesso equitativo de todas as famílias e onde vai ser possível apenas o aproveitamento extrativista: coleta de frutos, lenha, plantas medicinais e soltas de animais com regulamento para não ocorrer superpastoreio (máximo de 1 cabeça por 5 ha);
- A coleta extrativista deve obedecer a um limite, a ser definido em estudos posteriores, de forma que garanta tanto a reprodução da espécie como a alimentação dos animais silvestres;
- Nas áreas de lavouras devem ser adotadas práticas de conservação dos solos, evitando o uso do fogo. Deve ser estimulada a adoção de práticas agroflorestais;
- As áreas de pastagens devem ser formadas a partir de sistemas silvipastoris;
- As áreas com remanescente de eucalipto podem ser manejadas visando o seu aproveitamento futuro, estimulando, de acordo com o interesse de cada morador, o reflorestamento com espécies nativas como, por exemplo – veludo, sucupira, mussambé, angico, cabloco, etc;

- As áreas de reserva legal devem ser protegidas por todos os moradores, ficando vedado o seu uso até a recomposição total da vegetação nativa;
- A caça deve ser evitada e pode ser estimulada a criação de animais silvestres;
- Dentre as comunidades que estão sempre presentes aos debates e reuniões é facilmente perceptível a preocupação ambiental e social. A grande preocupação quanto a posse da terra é a produção comunitária e para beneficiar os trabalhadores rurais fixando-os na área rural, no entendimento de todos ir para os grandes centros, já foi um “bom negócio” no passado hoje, a moradia nas cidades oferecem principalmente desemprego e violência para os jovens. Dentre a população jovem o mesmo entendimento é feito, e claramente percebido a não vontade por parte dos jovens de sair de seu lugar de origem.

Da organização

A gestão da área ficará a cargo da associação comunitária que pode organizar grupos de trabalho para facilitar a sua administração: equipes de educação e fiscalização ambiental, de produção, etc;

Todos os moradores terão o mesmo direito no acesso às áreas familiares e coletivas;

Cada associação deverá criar um regimento interno para administração da área conquistada;

A associação deverá dar especial atenção às questões relativas à saúde, educação, lazer, habitação, cultura, e garantir a participação das mulheres, jovens e idosos.

Da Proposta técnica e econômica – operando a transição.

Levando em conta os princípios acima especificados, elaborou-se uma proposta de reconversão das áreas com a eucaliptocultura para Sistemas Agroextrativistas. Os beneficiários imediatos serão os moradores do entorno das terras publicas que foram arrendadas para as empresas de reflorestamento nas décadas de 1970 e 1980. A proposta de conversão prevê atividades relacionadas com o Ordenamento Territorial, a adequação de Infra-estruturas Básicas e o desenvolvimento de um Programa Econômico e Ambiental.

A gestão do processo deve ficar a cargo de uma comissão com representantes de agricultores familiares indicados pelas comunidades, sindicato dos trabalhadores rurais e de representantes do poder público.

Do ordenamento territorial

O entendimento que se faz por território fica claro para a SDT/MDA - Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário define como Território Rural:

“É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”.

A primeira etapa do processo de reconversão deve partir de um estudo detalhado de cada área onde será realizado um levantamento dos moradores do entorno, a localização das infraestruturas – residências, estradas, energia, pontos de abastecimento de água, escolas, etc – e um mapa detalhando os terrenos de cada morador e os terrenos arrendados às reflorestadoras. (Essa proposta foi discutida no seminário ocorrido na fazenda vereda funda no município de Rio Pardo de Minas com a presença de representante do Ministério do Meio Ambiente, o Sr. Evandro). O seminário intitulado de I Encontro dos Encurraldo da Micro Região de Rio Pardo. aconteceu dentro do cronograma das comunidade geraizeira que estão em busca da legitimidade da terra. Segundo os sindicatos nas pessoas de Eliseu e Moisés “depois de mais de 20 anos, de absoluta exploração ambiental e humana provocada pelas firmas reflorestadoras em todo norte de Minas, em fim uma comunidade de Geraizeiros que apesar da ambiente adverso, mas com a falta de opção e por não Ter para onde ir teimam em continuar e resistir a tal exploração do nosso meio ambiente”.

Como resultado de uma série de ações das comunidade geraizeiras atingidas pela monocultura de eucaliptos e ao processo de potencial retomada dos reflorestamentos na região, aliados a assustadora demanda de papel, aço e outros produtos que a grandes empresas e multinacionais alimentam, com vistas ao consumo crescente dos grandes centros urbanos nacionais e internacionais, diante desse cenário a comunidade do Alto Rio Pardo decide não esperar para ver acontecer tudo de novo. Posteriormente a esse encontro, os moradores resolveram retomar parte das terra que estão localizada no município de Rio Pardo, varias investida foram feitos, como ocupação e retomada das terras, mas para isso foi necessario que os moradores tivessem atitude radicais como derrubadas de fornos.

Para essas áreas os planos de reconversão será aplicado como: mapeamento sobre os solos, vegetação e recursos hídricos elaborar, com participação ativa dos moradores e de suas organizações de representação uma proposta de parcelamento dos terrenos que deve se estruturar nas seguintes unidades:

Parcelas Familiares que devem representar até 40% do total do terreno, desde que se garanta lotes em torno de 40 ha por morador. Nestas parcelas os moradores terão autorização para alterar o uso do solo, mas seguindo sempre a legislação ambiental e os indicativos de manejo conservacionista apontados neste projeto;

Parcelas de Uso e Manejo Extrativista que devem representar cerca de 40% dos terrenos. Estas parcelas serão de uso comunitário, regido por um regulamento interno, e o manejo previsto deve ser no sentido de recomposição da vegetação original. Será permitidas a solta do gado e a coleta extrativista sustentável após um período mínimo para recomposição da vegetação nativa.

Parcelas destinadas a Reserva Legal com um mínimo de 20% dos terrenos, preferencialmente incorporando as cabeceiras de veredas, córregos e rios existentes.

Propõe-se que, em um prazo de cinco anos, cerca de 75.000 ha de terras (públicas) sejam incorporadas aos sistemas produtivos das famílias de agricultores familiares que moram no entorno das terras arrendadas, beneficiando diretamente 750 famílias.

Segundo estudo realizado por Brito, 2006, pág 12):

O autor aponta para a necessidade de “re-pensar” e mudar a maneira como o progresso e o desenvolvimento podem e devem ser realizados. E que, neste sentido, “aqui e ali, algumas

políticas públicas, algumas iniciativas empresariais e várias participações da sociedade civil têm sido revistas e modificadas em vários lugares, entre diferentes povos e pessoas”. Esse “re-pensar” as políticas de cunho desenvolvimentistas tem sido feito por vários setores da sociedade civil organizada e principalmente pelas próprias comunidades afetadas por tais políticas no Norte de Minas, onde os incentivos aos projetos agropecuários e de monocultura de eucalipto a grandes grupos econômicos, alteraram suas formas de reprodução social.

Os estudos comparativos entre diferentes pesquisadores, mostram que ocorre na atualidade uma necessidade de se repensar o modelo vigente de uso da terra e de apropriação dos territórios. Para tanto os incentivos governamentais tem que ser melhor repensado para que atenda uma política não de segregação, mas, que realmente promova uma melhor equidade no atendimento dessas políticas. Para tanto, é preciso que busquem junto as comunidades locais o resgate de conhecimentos e a manutenção das famílias.

Considerações finais

As comunidades do Alto Rio Pardo e sua luta de reapropriar das terras arrendadas na década de 1970 pelo Estado às empresas reflorestadoras é uma resposta dos trabalhadores ao modelo de desenvolvimento que não deu certo.

Este modelo sustentado apenas na projeção capitalista não foi eficiente trouxe consequências danosas ao meio ambiente natural além de ter uma forte contribuição com impacto social na comunidade.

O caso dessas comunidades é apenas um neste imenso universo de desigualdades onde não respeita o território, a identidade cultural de um povo o meio de vida e a sustentabilidade local.

Todos esses anos após a chegada do monocultivo do eucalipto na comunidade os moradores testemunharam uma total desconfiguração da paisagem natural naquele momento sendo dissipada pelo contexto de desenvolvimento do maciço florestal .

As lutas contra a monocultura deve dar a quem verdadeiramente sabe apropriar de suas riquezas além disso deve por fim a mais de 40 anos de exclusão vivida pela comunidade.

O plano de reconversão é tido para muitos como uma utopia o que não prevalece entre os moradores que vêm no sistema agrossilvipastoris a retomada da vida digna da forma simples de produzir e conduzir a vida sem alterar o equilíbrio hidrológico e ecológico natural.

E nesse sentido, que o plano de reconversão vêm dar sustentação a esses anseios da comunidade a assegurar-lhes de fato melhor qualidade de vida, segurança alimentar, emprego e renda, inclusão social e garantia da sustentabilidade local.

Referências bibliográficas

BANDYOPADHYAY, vandana.e.j. Inventário ecológico sobre o cultivo do eucalipto: Comissão pastoral da terra de Minas Gerais – Tradutora Pereira, Ana lúcia da costa,

BRITO, Isabel Cristina Barbosa : Monocultura do eucalipto e expropriação das populações tradicionais no Norte de Minas Gerais. Pub; Debaixo da Lona : Têndências e Desafios Regionais da Luta pela Posse da Terra e Reforma Agraria no Brasil; ed. Da UCG, 2006.

BRANDÃO, C. R. AQUI É ONDE EU MORO, AQUI NÓS VIVEMOS. Escritos para conhecer, pensar e praticar o município educativo e sustentável. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005.

_____. 1990. Pesquisa Participante. 8a Edição. São Paulo. Brasiliense.

_____. 1995. Em campo Aberto. São Paulo: Cortez.

_____. 1999. Repensando a pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense.

DAYRELL, Carlos Alberto. Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas Gerais: a contribuição da agroecologia e da etnologia nos estudos dos agroecossistema tradicionais. – Dissertação de Mestrado. La Rábida: Universidade Internacional de Andalucía, 1998.

DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo, editora Atlas, 1995.

DEMO, P. Riscos e desafios de processos participativos. Brasília, 1984.

FONSECA, Ana Ivania Alves. *Sociedade e sua relação com a natureza no município de Claros dos Poções*. In: Revista Cerrados / Universidade Estadual de Montes Claros / Unimontes / Departamento de Geociências. Montes Claros/MG: Ed. Unimontes, 2003-2004.

GORGEN, Frei sérgio Antônio : os novos desafios da agricultura camponesa. 2004,

<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Resumos> - acessado

em 28/10/2008